

Prof. Odinei Fabiano Ramos



ESTRUTURA SOCIOPOLÍTICA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA COLONIAL

Map of Brazil in the Miller Atlas of 1519

Caros alunos

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa *Adobe Reader 11*.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto a barra superior ou inferior pode lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse pdf, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

Índice



Apresentação

Caros alunos:

O material, que compõe esse e-book, servirá de suporte para as discussões que surgirem durante o módulo da especialização em história, na disciplina de Estrutura sócio política e a formação do Brasil colonial. Ele é uma construção particular, exclusivo para o programa de especialização, mas em todo momento dialoga com a literatura específica, constituída pelos mais variados autores que discutem a temática da formação do Brasil Colônia. Por meio dessa articulação buscar-se-á compreender os desdobramentos das estruturas sociopolíticas implantadas por Portugal durante o primeiro século da colonização do espaço brasileiro, objeto essencial para a definição das estratégias desenvolvidas pela metrópole, que se estendeu pelos demais séculos do empreendimento colonial.

Nesse e-book há um constante diálogo com o livro *Pelos caminhos da ventura: diálogos iniciais sobre a América Portuguesa Colonial*, do professor Milton Stanczik Filho. Para realizar esse diálogo selecionamos dois capítulos do livro da disciplina: o Capítulo 2, “Espaços em expansão” e o Capítulo 3 “Os lugares da vida ‘portas a fora’ e ‘portas adentro’”. Propomos a discussão nas linhas que seguem e destacamos que é fundamental que os capítulos sejam revisitados durante a leitura desse e-book, que aqui se desenha com o objetivo de desencadear o debate. Os aspectos convergentes e divergentes dessas literaturas estão diluídos no texto, sendo tarefa do leitor identificá-las.

Através da explanação feita pelo professor Milton, podemos compreender a maneira disforme que mostra como a sociedade brasileira foi constituída e constantemente modificada. Disso se pode perceber que a história do Brasil colônia não pode ser analisada apenas por seus nuances oficiais e que o que não faz parte dos documentos oficiais permite identificar as diferentes perspectivas que constituem as malhas do poder colonial.



A tarefa de delimitar a discussão num espaço temporal tão fecundo quanto o do Brasil Colônia é difícil, principalmente porque a sua definição não pode e nem deve ser feita pela simples abordagem cronológica. Muitos dos recortes teórico-metodológicos feitos, nesse texto, podem apresentar divergências e lacunas textuais, que devem ser compreendidos como o início de um debate sobre a relação constituída pelo Pacto Colonial.

Vocês poderão perceber que a divisão dos itens não obedece necessariamente a uma ordem – mesmo que ela seja possível - e nem indicam um sentido para a discussão do tema. Por isso, não esperem que esses itens apresentem a estrutura básica textual – começo, meio e fim. Os diálogos serão renovados e revisitados em todo esse material, tendo em vista é que dessa forma que eles são apresentados na dinâmica da sociedade colonial.

Vale reforçar que muitas das argumentações teóricas estão contidas no livro da disciplina, sendo esse e-book um espaço de desdobramento dessas discussões. Em caso de dúvidas, o fórum é a melhor ferramenta para o contato permanente com o professor e com os tutores.

Bons Estudos!

Prof. Dr. Odinei Fabiano Ramos



Estruturas administrativas e as formulações da identidade colonial

O desafio que surge no princípio dessa jornada consiste em descobrir um lugar comum entre a complexidade da temática e o pouco tempo disponível para nossas discussões durante nosso módulo. Por isso, são necessários recortes e o cuidado de, ao recortar, não perder de vista a essência crítica do historiador. Outro desafio é considerar que é imensurável o volume de informações necessárias para a compreensão do nosso objeto de estudo. Sendo assim, as colocações, aqui feitas, funcionam como provocações, desencadeando discussões a serem realizadas em outros espaços disponíveis no programa.

Uma questão parece primordial: é possível definir a formação da sociedade brasileira a partir de um único perfil étnico?

Recorrendo as discussões sobre etnicidade essa resposta nos parece cada vez mais clara: NÃO. Porém é necessário identificar algumas composições da administração portuguesa distribuídas no cenário colonial, na tentativa de compreender como essas formas de controle da metrópole forjaram a ideia de uma unidade étnica.

Não dispomos, como já avaliado, de espaço suficiente para elencar, analisar e discutir todas as

formas de organização do espaço sociopolítico do Brasil Colônia. Percorreremos, então, a dinâmica da construção do espaço simbólico brasileiro, através da transição entre a divisão desse espaço em capitânicas hereditárias, quando o controle de Portugal nos parece um pouco mais brando e; na composição do Governo Geral, enquanto forma de controle e de unidade administrativa. As duas formas conduzem ao entendimento dos discursos de austeridade proferidos pelo conquistador, mas revelam, também, a efetiva participação de negros e índios na formação do povo brasileiro.

Recorreremos, primeiramente, a dois cenários distintos dentro do ambiente das Capitânicas Hereditárias e de seus desdobramentos administrativos. O primeiro refere-se aos movimentos bandeirantistas em busca do ouro vermelho; e o segundo, composto pelos engenhos de açúcar da costa nordestina.

O bandeirantismo põe frente a frente o branco colonizador e o índio enquanto grupos antagônicos. Enquanto o invasor avança o território, com o intuito de garantir e estabelecer o espaço colonial, o nativo estabelece resistência a esse agente transformador do espaço sociocultural já estabelecido.



Mas não só de brancos eram compostas as bandeiras e o seu intuito não era somente aprisionar os índios. Essas campanhas eram organizadas, conforme Azevedo (1999), tendo em vista que

O apresamento do índio constitui o fator inicial do bandeirantismo. Predadora, a bandeira é uma empresa em marcha, formada por pessoas de diversas procedências, etnias várias, grupos de parentesco, comportando investimentos até de não-participantes da expedição. Ao lado da caça ao índio, as bandeiras procuravam metais preciosos e delas resultou a descoberta do ouro, ao findar do século XVI. Bandeiras houve de vários tipos, integradas por brasileiros e estrangeiros, brancos negros e mamelucos, grandes e pequenas, percorrendo curtos ou longos trajetos. Todas com fins econômicos. Apesar da ação predatória, é de ser reconhecido que o devassamento do território brasileiro realizado por essas expedições ampliou extraordinariamente o conhecimento de nosso país, aumentando suas dimensões e contribuindo, significativamente, para a aplicação do chamado *uti possidetis*. (AZEVEDO, 1999, p. 56)

Não podemos deixar de salientar que a historiografia do século XX estabeleceu o debate da dinâmica da conquista do espaço colonial sob aspectos regionalistas, criando matizes de identidade de caráter local-regional. Afirmamos, então, que a fórmula de construção de uma identidade pautada na forma de organização dos espaços não cabe a todas as capitanias

que se desenvolveram ora com o esforço do poder público estabelecido pela Coroa, ora pela iniciativa de alguns indivíduos que empenharam seu esforço em forma de investimento.

Tanto o bandeirantismo quanto as atividades açucareiras, se tornaram locais de embates sociais que determinavam os donos do poder. De acordo com Stanczik Filho (2012: p.42)

A tradicional imagem do engenho de açúcar é aquela que melhor representa as condições de distinção social almejadas no Antigo Regime por aqueles indivíduos que habitavam os trópicos lusitanos. Os ideais de riqueza, poder, prestígio, nobreza e posse da terra e de outros homens engendraram a trama social colonial.

Através da construção desses espaços de poder, torna-se visível a formação de um tipo étnico ideal* dos compositores dos poderes locais, levando em consideração, principalmente, as relações de prestígio que foram herdadas do além-mar e que se perpetuaram em terras brasileiras.

.....



Tornou-se recorrente uma inusitada abordagem sociopolítica que visava a uma organização do poder pautada nos moldes da sociedade do Antigo Regime, com uma especial aplicação à situação portuguesa dos meados do século XVII (HESPANHA, 2007). A análise estabelecida pelo autor, porém, vem apimentar essa discussão do tipo ideal estabelecido no Brasil colônia: visualiza um ambiente ainda mais pluralista daquele encontrado no reino, tendo em vista que a centralidade do império português

[...] dissolvia-se num emaranhado de relações contraditórias entre uma multiplicidade de polos, nos quais a coroa ocupava lugares e hierarquias diversas, frequentemente insignificantes, por vezes escandalosamente rebaixadas. (HESPANHA, 2007:58)

Apesar de apresentar uma matriz política pluralista, o ideário do senhor de engenho, no que se refere à composição de poder, era o de se igualar à imagem dos próprios nobres do reino, sendo essa uma estratégia de ascensão social, cada vez mais frequente. Contudo, esse pluralismo político tendia a uma confusão jurisdicional, algo que já era característico no território da coroa e que foi recorrente no vasto território separado por rios, florestas, e sertões dominados por colonos senhores de si.

O contato com o *outro* tornou-se inevitável.

.....

As constantes investidas sobre o território indígena estabeleceu o contato do o nativo, pouco dómito, e o colono ainda mais indómito, criando uma via de mão dupla no estabelecimento das diretrizes básicas da negociação de uma identidade colonial. Da mesma forma, não foram os donatários os únicos criadores dos engenhos. Há uma construção coletiva – em graus variáveis – do esforço de indivíduos em busca de enriquecimento, visto que este trazia status e lucro. (STANCZYK FILHO, 2012)

Esse pluralismo sociocultural cria o carácter centrífugo e localista do sistema político português levando à periferização do poder e à geração de diferentes jurisdições concebidas pelas normas locais da vida social, o que gradativamente exigiu que a ação da metrópole devesse ser mais contundente, isso se a mesma quisesse instituir e manter seus padrões sociopolíticos.

Novais (2001) exemplifica o princípio norteador dessa relação e considera essencial compreender o sistema colonial, enquanto conjunto de relações entre a metrópole e a colônia. Esse sistema estaria atrelado a um sistema específico de relações, muitos dos quais já determinados pelos conceitos civilizatórios da matriz lusitana. O autor vai além. Afirma que nem toda colonização deve ser compreendida apenas pelos quadros apresentados pelo sistema colonial, definido

.....



pelas estratégias dispostas pelos diferentes atores que participam do processo.

Dante disso, faz-se necessário definir, a partir de concepções macro espaciais, as formas de composições sociopolíticas do Brasil Colônia do início do século XVI, nas quais os diferentes níveis de contatos interétnicos tornam-se protagonistas da formação e da transformação das estruturas básicas da organização colonial. Partindo dessas concepções, compreendemos a complexidade que envolveu a formação do Brasil Colonial.

O ponto de partida foi pressuposto de que o sistema colonial mercantil foi a base dessa formação. De acordo com Azevedo (1999), o sistema colonial empregado por Portugal caracterizou-se pelas relações econômicas empregadas pelo país, em suas colônias, dentre elas o Brasil. A metrópole – Portugal – através da prática mercantilista fixava preços aos seus produtos, geralmente manufaturados, os quais deveriam, sem sofrer concorrência, serem comercializados com a colônia, criando, assim, um vínculo entre os dois mundos.

O autor é categórico quando afirma que jamais existiu acordo formal entre colônia e metrópole, pois a existência da primeira estava condicionada à submissão a Portugal. Nesse caso, não sendo necessária a formalização do pacto colonial – o comércio mercantil

simplesmente se desdobrava em terras coloniais. “É o sistema colonial do mercantilismo que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimientos Marítimos e a Revolução industrial” (AZEVEDO, 1999, p.339).

São consideradas as formas de administração que foram desenvolvidas no Brasil a partir do momento em que Portugal estabelece uma via de mão dupla – mesmo que desigual – estabelecida pelo pacto colonial. Partiremos desse sentido da colonização para abordar o período que se estende de 1500 a 1533 como uma continuidade da exploração mercantil, exercida por Portugal em suas colônias. Essa prática era uma forma recorrente, nas colônias portuguesas no continente africano, a partir de feitorias, por exemplo, ou da simples preocupação em manter a posse da terra conquistada.

Não podemos ignorar, é claro, a relevância desse período para a construção da relação entre metrópole e colônia, mas discutiremos essa relação num espaço temporal de maior efetividade do controle da Coroa, ou pelo menos, no espaço em que ela se mostra mais interessada no seu domínio ultramarino. Trata-se do período que se inicia em 1534, no qual a colonização parece se efetivar.

Nesse sentido, a expedição de Martim Afonso de Souza principia uma etapa que podemos chamar de experiência colonizadora, a qual culminaria numa



ampliação das bases comerciais e administrativas na nova colônia.

Fazia-se necessário à organização de uma produção voltada para o mercado e a aceleração do processo de povoamento como fatores imprescindíveis à consolidação da conquista e dominação da América Portuguesa. Fazia-se também necessário à implantação de uma base administrativa mais estruturada que pudesse dar lastro a essa primeira tentativa colonizadora traduzida na implantação das Capitânicas Hereditárias e posteriormente, a efetiva colonização, assegurada pela implantação do Governo Geral. (BEHRENS, 2007, p.13)

Diante do que diz Behrens (idem), reforçamos, porém, a ideia de que nem toda forma de organização tem os mesmos efeitos em espaços sociais distintos. Inúmeros foram os problemas encontrados pelos agentes administrativos na América Colonial Portuguesa, os quais dificultaram a consolidação da dominação portuguesa, situação que se complicava diante de recursos insuficientes tanto na colônia, quanto na metrópole.

.....



Definição dos espaços de Poder: características funcionais das Capitanias Hereditárias

[..] capitania hereditária é a designação dada ao sistema de colonização posto em prática pelo governo português ao dividir o território brasileiro em certo número de lotes de terra, no século XVI. (AZEVEDO, 1999, p.87)

As Capitanias Hereditárias se constituíram como uma forma de administração utilizada pela coroa portuguesa em seus domínios e teve como inspiração o antigo senhorio português do final da idade média. Consistia numa forma de conceder amplos domínios, proventos e privilégios aos lusitanos que não temessem a *ventura* da travessia do atlântico.

Assim surgiram as capitanias hereditárias, doadas não a elementos da nobreza e sim, preferentemente, a indivíduos dotados de capacidade executiva e conhecimento pertinente. Quinze lotes, irregulares foram distribuídos a pessoas, algumas próximas do trono, outras escolhidas pelos feitos militares e outras, ainda, por reconhecido mérito intelectual, como João Barros (1496? -1570). (AZEVEDO, 1999, p.87)

A delegação dos cuidados de terras a terceiros, para fins de colonização, não era uma ação estranha à metrópole, que já usava a estratégia de espalhar suas formas de dominação, como havia feito nas

colônias africanas. Conforme Behrens (2007), o intuito da coroa era o de dividir as despesas e os riscos do empreendimento colonial com esses particulares, que viam no Novo Mundo a oportunidade de constituir fortunas, visto que a concessão de amplos domínios, consequentemente, constituía poder e com ele, assegurava proventos e privilégios. Mas não foram somente os aventureiros que se tornaram alvos da coroa portuguesa, pois o intento da colonização acabara por atrair financiadores das conquistas do além-mar, os quais visavam a novos investimentos e futuramente, a mais lucros.

Numerosos banqueiros europeus contribuíram para a realização das navegações que, entre outras consequências, acarretaram o descobrimento do Brasil. Trinta anos depois de revelado ao mundo o nosso país, já existia em Portugal uma nova classe social composta de comerciantes e funcionários altamente experientes em matéria de organização colonial. O serviço prestado por essas pessoas, vinculado ao seu enriquecimento no Oriente, sem dúvida constituiu-se em agente provocador para que a monarquia lusitana neles encontrasse instrumento colonizador da terra então descoberta, isto é o Brasil. (AZEVEDO, 1999, p.87)



As dimensões dos domínios eram difíceis de serem precisados, mesmo tendo o conhecimento de que nas cartas de doações essas informações eram disponibilizadas ao donatário. Eram lotes irregulares no que diz respeito ao seu dimensionamento, e era difícil precisar o valor monetário dos mesmos. Pela inexatidão desses dados não podemos propor comparativos, pois apesar de as estruturas administrativas serem semelhantes, nas diferentes colônias portuguesas, os personagens diferem, e conseqüentemente, as configurações sociopolíticas que se estabelecem no Brasil Colônia tendem a ser distintas daquelas desenvolvidas nas colônias africanas e asiáticas.

Esses lotes, irregulares nas suas dimensões e no desconhecimento total do seu valor, seriam administrados pelos donatários como províncias do reino. O caráter de propriedade privada ficava assim atenuado, senão eliminado. Ao donatário cabia "a venda do pau-brasil, a vintena das pescarias e o monopólio da redizima das rendas da coroa". Aos estrangeiros ficava autorizado, desde os católicos, estabelecer-se no Brasil, sendo-lhes, porém, vedado comercializar com os nativos. (AZEVEDO, 1999, p.87)

As capitanias eram passíveis de sucessão por morte do donatário o que confirma sua característica de hereditária. Behrens (2007) sugere que as doações eram feitas por critério de recompensas a indivíduos que haviam se destacado e enriquecido no processo de expansão ultramarina, o que vem a confirmar o

dito anteriormente. Segundo o autor, muitos dos donatários jamais se estabeleceram no Brasil e outros desistiram no momento em que se deparavam com as adversidades encontradas.

A hereditariedade se torna norma. A venda integral ou de parte do lote era proibida. Essa foi a forma encontrada pela coroa portuguesa para garantir que os domínios permanecessem na esfera real e, conseqüentemente, de manter o poder local na mão dos lusitanos. O acesso à propriedade, além de garantir privilégios e regalias aos donatários, também estabelecia um contrato de exclusividade da realeza, no que se refere às taxas aduaneiras, monopólio das drogas e pedras preciosas, percentual pago em forma de imposto de todos os produtos da colônia.

O donatário não foi agraciado só com direitos. Como parte da organização do território colonial era de sua responsabilidade repartir os domínios em sesmarias, as quais eram distribuídas entre seus colonos, os quais poderiam fazer novas divisões entre eles. Criava-se uma cadeia de subordinações que constituía diferentes formas de comprometimento com o trabalho e, principalmente, para com o seu chefe imediato. Através dessas relações foram criadas vilas, moendas, engenhos, além de serem estabelecidas, gradativamente, formas de taxaço do acesso à propriedade.



Era atribuição também dos donatários o recebimento de certo número de impostos destinados ao rei, entretanto, para realizar a arrecadação e fiscalização das rendas reais, a Coroa mostrou-se cautelosa e nomeou agentes de sua confiança para exercerem tais funções, foi o caso dos cargos de feitor e almoxarife. (BEHRENS, 2006, p.14)

Seguindo essas primeiras determinações é que os donatários iniciaram e balizaram a administração das capitanias. As bases legais foram estabelecidas, restava saber como elas se desenvolveriam em regiões distintas, não apenas por seu relevo e clima, mas também, pela sua constituição étnica.

.....

A presença indígena e encontro com o português é o exemplo mais difundido das primeiras adversidades encontradas pelo colonizador.

.....

Esse contato com o *outro* seria então um problema encontrado pelo processo de colonização, defendido pela coroa portuguesa. Porém, assumir essa postura seria como admitir que o processo de colonização portuguesa em terras brasileiras pode ser indicado por um único sentido de formação dos quadros sociopolíticos do Brasil Colônia. Não podemos validar essa afirmação, pois compreender os diferentes cenários sociopolíticos é fundamental para entendermos também as discrepâncias econômicas responsáveis

por diferenciar as capitanias entre as que prosperaram financeiramente e aquelas que apenas cumpriram seu papel de salvaguardar o espaço territorial da colônia.

Devemos ver essa dificuldade de relacionamento entre o branco e o indígena como um elemento diferenciador da forma de organização colonial, pois esse difícil convívio fez com que os donatários fizessem algumas exigências à metrópole, modificando assim a estrutura administrativa colonial.

Dentre as reivindicações do donatário Duarte Coelho ao administrar a capitania de Pernambuco, também indicada como a que obteve sucesso, estão: o pedido de licença para exportar mão-de-obra africana para suprir a falta de braços na capitania para tocar a cultura de cana-de-açúcar, o pedido de que o livrassem dos traficantes de pau-brasil e dos degredados, uma vez que estes só lhes traziam preocupações. Os índios também agravavam seus problemas fazendo com que fosse pessoalmente solicitar socorro a D. João III. (BEHRENS, 2007: p.17)

Em todas as capitanias existiam reclamações que envolviam indígenas. Porém, devemos lembrar que a mão de obra utilizada pelos donatários não era exclusivamente dos nativos. Os colonos portugueses também causavam transtornos à administração colonial.

.....



Nada incomum era a existência de situações de embate entre os donatários e seus colonos, como descreve Behrens

Desavenças entre administradores e colonos também ocorreram na capitania de Ilhéus. Sob a responsabilidade do feitor Francisco Romero, essa capitania experimentou uma certa contenção em relação aos índios graças as suas manobras políticas. Entretanto, o mesmo não ocorria com seus subordinados brancos que provocaram a prisão do mesmo. Posteriormente foi reconduzido ao cargo e teve que lidar com uma rede de intrigas criadas pelos interesses de desavenças dos europeus que possuíam fazendas nos domínios da capitania. (BEHRENS, 2007, p.17)

A coroa até poderia organizar as formas de administração na colônia, mas fica cada vez mais claro que as relações sociais estabelecidas no espaço colonial eram as grandes responsáveis pela forma que a colônia ia tomando.

A falta de trato com os indígenas e colonos, por exemplo, trouxe grandes dificuldades em várias donatarias, que aliada ao desinteresse de alguns de seus dirigentes, viria a causar o fracasso das mesmas. Esse fato se reforça com a obtenção de sucesso na capitania de São Vicente, onde os irmãos Souza parecem ter tido menos problemas, pois além de controlar o ímpeto de

seus colonos, ainda proviam a capitania com recursos abundantes.

A dificuldade em desenvolver as funções atribuídas pela metrópole se agravava pelos cada vez mais constantes e recorrentes contatos que começaram a existir entre o gentio e outros grupos colonizadores, como ingleses e franceses. O padrão étnico europeu não era mais exercido exclusivamente pelos portugueses. Mas deixemos essa discussão para outro momento.

Com as constantes investidas ao sistema de capitania hereditária, outra forma de organização administrativa tornou-se necessária. Uma forma que efetivasse uma participação mais ativa da metrópole para com a colônia – era instituído o Governo-Geral. Contudo, a instituição dessa nova forma de organização não excluía a anterior sendo, nesse caso, complementar.



A busca da unidade judiciária e a padronização dos aparatos legais: Governo Geral enquanto ferramenta administrativa

[...] nome dado ao sistema administrativo instituído em 1549 no Brasil pelo rei português D. João III (1502-1557). (AZEVEDO, 1999, p.216)

O sistema de capitanias hereditárias não se demonstrou suficientemente capaz de legitimar o domínio da metrópole diante suas colônias, nas quais eram visíveis as lacunas representativas que deixavam lugares e espaços sem controle e sem ordem. Havia a necessidade latente de uma organização mais efetiva, que instituísse em todos os lugares a força dominante e repressiva da Coroa. Essa ação refletiu a perda sistemática de várias possessões portuguesas na África e na Europa e fez com que a metrópole buscasse exercer uma administração mais objetiva para com a sua colônia no Novo Mundo.

As razões que levaram a monarquia lusitana a criar essa forma de administração prendem-se menos a fatores de ordem interna do que externa, pois nessa época os sinais de retraimento da expansão ultramarina tornavam-se palmares. Data desse período a perda de várias a perda de várias possessões portuguesas na África e também na própria Europa onde a feitoria de Flandres foi extinta. (AZEVEDO, 1999, p.216)

Uma nova autoridade administrativa foi formalizada – governador geral – o qual obteve o poder de centralizar e supervisionar o poder do rei. A partir do momento em que o sistema foi instituído, todos os agentes coloniais estavam legalmente subordinados ao Governador Geral. Essa determinação estendia-se a todas as capitanias hereditárias que tendiam a centralizar, através de uma política de controle, as decisões administrativas e jurídicas.

Ao Governador Geral restava a prestação de contas de todos os seus atos ao governo central português. Foi com essas prerrogativas que, em 1549, Tomé de Souza assumiu o cargo e tendo em mãos o Regimento de 1548 escrito por D. João III fez com que a administração colonial tivesse funcionários reais nomeados e com atribuições específicas definidas.

O regimento de 1548, em síntese, delegou ao governador-geral a condução e supervisão da política administrativa portuguesa na colônia, regulamentando, para tal, as várias áreas onde ela se expressava. De acordo com esse regimento, o Governador-Geral deveria, além de fundar uma cidade fortaleza capaz de se defender da contínua presença de estrangeiros na costa do Brasil e



garantir a segurança dos colonos ante as constantes revoltas indígenas, doar sesmarias a quem pudesse nelas investir construindo engenhos fortificados nas margens dos rios integrados à baía, ordenar a construção de embarcações que fossem utilizadas em serviços gerais e na defesa, livrar a terra dos índios inimigos, estabelecer feiras semanais para que os cristãos pudessem realizar trocas com os índios sem que fosse necessário ir até suas aldeias, explorar o sertão. (BEHRENS, 2007, p.21)

O regimento de 1548 era composto de dispositivos capazes de fazer prosseguir a colonização, pela qual, por meio de composições legais, era possível manter a ordem e punir, quando necessário, em nome da Coroa. Configuram-se, nessa organização, dois cargos com funções bem definidas, cuja importância era fundamental para o prosseguimento das investidas portuguesas em busca de uma unidade político-administrativa. Os ocupantes desses cargos eram nomeados pelo governador e, tendo em vista que estes eram cargos de confiança, estavam submetidos somente a ele.

O primeiro era o Ouvidor-geral, responsável por exercer as funções judiciárias, unificando as leis e normas, restabelecendo a ordem entre as capitanias. Para isso, seu cargo também lhe constituía atribuições executivas. O outro era provedor-mor, responsável por fiscalizar e revisar as contas e decisões tomadas

pelos escrivães e contadores, seus subordinados na administração das contas da colônia. Essa fiscalização se estendia a administração da alfândega e legitimar as transações comerciais, que também exercia um papel executivo, sendo encarregado de gerenciar os armamentos necessários para a defesa dos domínios da Coroa.

A instituição do governo-geral, enquanto ferramenta de controle político de poder foi um golpe nas capitanias hereditárias, as quais, com isso, não detinham mais a exclusividade do controle sobre seus colonos em suas propriedades.

.....

A administração portuguesa na forma de governo geral foi marcada pelas diversas sucessões, diferenciadas muito pelas ações externas – como a União Ibérica, por exemplo – e pouco pelas efetivas mudanças em sua forma e dimensão, tanto que as atribuições dos funcionários da corte pouco mudaram no decorrer de quase três séculos. As nomeações aos cargos administrativos revelam que existiu uma transformação na dinâmica colonial, visto que nem todos os cargos eram preenchidos por determinação da Coroa. Dessa forma, as relações constituídas na colônia eram capazes de definir diferentes níveis de consolidação de poderes locais.



A organização portuguesa, no que tange a administração da colônia, apresenta um quadro hierárquico que busca conduzir as ações dos donatários a partir de uma unidade política e judiciária. A proposta era de fortalecer os laços entre os mandatários e o gentio estabelecido em domínios portugueses. Mas como já dito anteriormente, a forma de administração que prospera em determinado domínio, não necessariamente encontra a mesma facilidade em um espaço tão inóspito como o da colônia brasileira. A organização da população ameríndia, por exemplo, não obedece a mesma estrutura social encontrada nas colônias africanas. Uma mesma fórmula não tem o mesmo resultado com diferentes ingredientes.

Contamos, sobretudo, com a ideia de que a dinâmica econômica da colônia portuguesa na América durante anos não se mostrou atrativa aos interesses mercantis de Portugal. Quando a Coroa se atenta para o futuro próspero que a terra no além-mar pode desenvolver, a administração lusitana já encontra uma organização sociopolítica modificada pelo processo de negociação do espaço social. O outro já é parte integrante do quadro de cargos administrativos, compondo assim, as relações de poder no espaço colonial.



A dinâmica da construção do espaço e a negociação da identidade brasileira

Iniciamos esse item, reafirmando e ao mesmo tempo rebatendo a ideia de que a formação do povo brasileiro deve-se a contribuição dos portugueses, índios e africanos. Essa questão nos parece um tanto contraditória: como reafirmar e ao mesmo tempo rebater? Partimos, primeiramente, do pressuposto de que a construção do espaço sociopolítico brasileiro deve sim estar respaldada na dinâmica estabelecida entre esses três grupos étnicos, ou seja, reafirmamos a base metódica do discurso da origem da sociedade brasileira. Mas ao mesmo tempo rebatemos, sistematicamente, a ideia de que a formação do povo brasileiro se deve apenas ao entrecchoque do invasor português com o índio e o africano, “uns e outros, aliciados como escravos” (RIBEIRO, 2008, p.19). O contato indica a criação de fronteiras identitárias entre os distintos grupos étnicos, mas será a negociação de suas identidades que irá compor o novo cenário sociopolítico brasileiro.

Encontramos, na historiografia tradicional, visões de uma América Portuguesa constituída a partir da dinâmica: branco conquistador x índio/negro conquistados sempre em detrimento do primeiro. Vislumbra-se, nesses discursos, a “inaptidão” dos não

portugueses para o trabalho, o que criou situações inusitadas para os administradores da colônia.

Porém, num primeiro momento, a utilização do trabalho nativo era a única alternativa encontrada para suprir a escassez de mão de obra na colônia, mas a colônia se mostrava indiferente à dinâmica desenvolvida a partir de valores mercantis. A imagem que o português desenvolvera do índio era de uma “população” arredia e inerente ao trabalho.

Pressupõe-se que a utilização do índio, na esfera colonial, estava definida como uma ferramenta da produção, porém não apropriada a forma de organização instituída pela metrópole. A substituição da mão de obra seria uma saída mais eficaz, nesse momento, pois os escravos africanos eram considerados mais “aptos ao trabalho agrícola e mais submissos” (FERLINI, 1984, p. 20). Devemos atentar que a opção por essa mão de obra também não atendia às necessidades produtivas do Brasil colonial, pois assim como ocorria com os índios a organização do trabalho dos africanos também não estava balizada nos moldes do comércio mercantil. Qual seria então a vantagem dessa substituição? Com substituição da mão de obra instituiu-se uma nova dinâmica ao pacto colonial, o qual passou a ser exercido

a partir de uma triangulação de interesses estabelecidos pela metrópole, que foi agregada à lucrativa compra de escravos na África.

Eles perceberam que era mais lucrativo comprar escravos na África, na realidade, trocando-os por outras mercadorias como fumo, aguardentes e armas, vendê-los na colônia americana, reabastecer seus navios de açúcar, fumo e outros produtos e vendê-los nos portos portugueses, iniciando outra vez a lucrativa operação triangular do comércio Atlântico entre: Europa, África e a América. (CRUZ, 2010, p.29)

A administração colonial estaria, então, condicionada a essa dinâmica e, através dela, foram condicionadas as configurações imaginárias sobre o outro, seja ele o índio ou o negro.

Mas como administrar os conflitos que surgiram pela grande diferença existente entre os distintos grupos étnicos? Poderíamos citar aqui algumas instituições que serviriam para negociar esses conflitos, como o Tribunal da Relação e a Câmara da Misericórdia da Bahia. Porém, essas instituições reproduziam o mesmo distanciamento entre os brancos (geralmente pilares dessas instituições) e os escravos índios e negros. O discurso continuava a ser determinado pelo viés do conquistador. Dentro da configuração mercantil, por exemplo, o índio e o negro foram definidos como objetos a serem comercializados.

Entretanto, algumas situações nos chamam a atenção, tendo em vista que o próprio sistema administrativo colonial constituía uma divisão entre brancos e 'brancos' através de dois poderes distintos. De um lado estava o poder local, desenvolvido e estabelecido nos primeiros anos da colonização; e o poder metropolitano, que continuava a ser centralizador. Ambos atuavam como pilares do discurso eurocêntrico. Vemos aí o entrave entre diferentes, porém definido pela composição política e não étnica. São conflitos definidos no contexto da autoridade e da jurisdição que, em graus variáveis, mostram disputas pelo poder. Um exemplo dessa manifestação da disputa de poder pode ser descrita pela sempre conflituosa relação dos poderes religioso e civil.

Embalados na insatisfação da dependência financeira do Estado e por várias divergências como, por exemplo, o modo de conduzir as questões indígenas, qualquer motivo era passível de confusão entre religiosos e funcionários reais. Assim, numa sociedade em que o status era algo desejado por todos, a posição ocupada pelas autoridades em procissões e solenidades passou a ser alvo de constantes conflitos. (BEHRENS, 2007, p.31)

A demarcação do espaço simbólico de poder rivalizava religiosos e administradores, bem como os *do local e os centralizadores da metrópole*.



As rivalidades entre aqueles que se denominavam dignos da autoridade também estabeleceram diferentes contatos entre os *outros* – índios e negros – sendo a negociação desse contato algo capaz de definir as relações entre colônia e metrópole.

A historiografia tradicional, reproduzida nos livros didático do século XX, trazia em sua composição uma impactante imagem sobre o contato do branco e do índio. De forma geral o índio era visto como uma barreira que deveria ser ultrapassada pelos primeiros administradores da colônia. Ao mesmo tempo em que a hostilidade do índio criava a urgência de sua expulsão, ele era visto como necessária mão de obra a ser utilizada pelos colonizadores e, dessa forma, deveria ser subjugado, na eminência de ser incluído na dinâmica do trabalho escravo. O trato com o *outro* estava então determinado pelo empreendimento colonial.

As divergências envolvendo os poderes seculares e religiosos na colônia passavam pela própria concepção de como deveria ser dirigida a colonização. Se por um lado havia a necessidade de dominar o território e incluir as populações nativas na nova sociedade que emergia, por outro lado havia a demanda de mão de obra para fazer funcionar a economia açucareira. (BEHRENS, 2007, p.34)

Dentro dessa perspectiva, índios e negros são incluídos na estrutura política e social colonial, definindo a formação do brasileiro sob a uma base

multirracial, porém, com participações distintas no logro do empreendimento.

Algumas contribuições e debates historiográficos são necessários para preencher lacunas teórico-metodológicas desse nosso material. Como dito na apresentação, esse e-book é apenas provocativo e não elucidativo. É o conjunto dos materiais disponíveis no ambiente do aluno, bem como as discussões nos fóruns específicos, que darão a forma dessa disciplina. Para compor esse material indico uma bibliografia básica sobre o tema e que serão discutidas na última unidade da disciplina. São obras que apresentam diferentes perspectivas de um mesmo objeto e que farão com que vocês leitores revisitem esse e-book com a finalidade de analisar, debater e principalmente criticar os recortes aqui definidos.

- Fernando Novais. **O Brasil nos quadros do antigo sistema Colonial.**

- Caio Prado Jr. **Formação do Brasil contemporâneo.**

- João Fragoso. **Modelos explicativos da chamada economia colonial e a ideia de Monarquia Pluricontinental: notas de um ensaio.**

- Antônio Manuel Hespanha. **Depois do Leviathan.**

.....



Referências

- AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- BEHRENS, Ricardo. História do Brasil Colônia. Material didático. FTC, 2007
- CRUZ, José Vieira. Formação sócio-histórica do Brasil. Aracaju: Gutember, 2010.
- FERLINI, Vera Lúcia. A civilização do açúcar (séculos XVI-XVIII).
4. ed. São Paulo: brasiliense, 1984
- HESPANHA, António M. "Depois do. Leviathan". Almanack Brasiliense, n. 5, Maio 2007
- NOVAIS, Fernando A. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1995
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF_FERNART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo: colônia. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972
- QUINTANEIRO, Tânia e outros. Um toque de clássicos. Marx. Durkheim. Weber. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2003
- RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SALGADO, Graça. Fiscais e meirinhos: A administração no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985
- STANCZIK FILHO. Pelos caminhos da ventura: diálogos iniciais sobre a América Portuguesa Colonial. Guarapuava: UNICENTRO, 2012

